

# Desarmando as Sociedades Pós-guerra

*Michael Renner*

Como analisada neste *Estado do Mundo 2005*, a segurança é influenciada por um conjunto de fatores bem mais amplo do que os limites estreitos que o pensamento tradicional poderia sugerir. Isto não quer dizer, entretanto, que questões relacionadas a armas e combatentes sejam irrelevantes. Gastos militares desviam recursos escassos de programas sociais e ambientais que – adequadamente financiados – formam a base de um mundo mais estável. E os legados de guerras passadas podem ser obstáculos poderosos para a criação de sociedades mais seguras e pacíficas. Isto é tão verdadeiro para as repercussões ambientais de conflitos armados – desde florestas pilhadas e sistemas de irrigação devastados, até a disseminação de armas de urânio empobrecido – como o é para a vasta gama de armas produzidas e comercializadas por todo o planeta.

As armas que os orçamentos militares compram são aparentemente adquiridas para incrementar a segurança, mas podem bem ter o efeito contrário. Por todo o espectro de armamentos, há uma necessidade urgente de

se promover o desarmamento, a fim de reduzir a probabilidade de as armas alimentarem guerras, provocarem ondas de crimes ou ficarem disponíveis para extremistas.

Embora este capítulo enfoque armas convencionais de pequeno calibre, outros tipos de armas são, naturalmente, de grande importância. Armas nucleares, químicas e biológicas, minas terrestres e armas convencionais pesadas – tanques, jatos, mísseis e belonaves – são uma ameaça contínua à segurança econômica e física de todas as nações. Os que têm armas nucleares não demonstram nenhuma inclinação para desarmamento. Enquanto isso, Israel, Índia, Paquistão e, possivelmente, Coreia do Norte entraram no “clube” nuclear e o Irã poderá entrar também, em breve. Na medida em que as nações perseguem programas nucleares “civis,” sempre haverá alguma ambigüidade sobre as verdadeiras intenções e sempre haverá o perigo de que os materiais possam vir a ser desviados para programas de armas ou vir a ser roubados por grupos terroristas.

Há também um temor crescente de que armas químicas ou materiais precursores necessários para sua fabricação possam cair em mãos terroristas. Felizmente, neste caso, há muito mais avanço em direção ao desarmamento universal, motivado não só por um tratado como também por um sentimento de que os estoques existentes representam maior perigo para seus donos do que para qualquer inimigo. No caso das armas biológicas, todavia, a ambigüidade é muito maior: embora uma convenção internacional proíba esses arsenais, não há meios de saber se as nações cumprem esse tratado e todos os esforços para criar um mecanismo de verificação fracassaram diante da oposição dos Estados Unidos.

Minas antipessoais causaram pesadas baixas durante décadas. Continuam a matar indiscriminadamente muito depois de um conflito ter terminado e não distinguem soldados de civis. Estimativas indicam que um milhão de pessoas foram mortas ou mutiladas por minas terrestres, desde 1975; cerca de 80% delas eram civis. Entretanto, desde a aprovação de um tratado internacional proibindo minas antipessoais, em 1999, foram obtidos avanços significativos nos últimos anos, tendo a produção e exportação caído drasticamente e estoques foram destruídos em ritmo acelerado. Todavia, conforme a Campanha Internacional de Proibição de Minas Terrestres, seis países ainda utilizam minas antipessoais e Rússia e Myanmar as utilizam regularmente. Além disso, forças de oposição armadas continuam a utilizar minas em 11 países. Assim, ainda há um longo caminho a percorrer, antes que as minas terrestres deixem de ser um problema.<sup>1</sup>

A produção e comércio de grandes armas convencionais continuam, de certa forma, sem

interrupção. Após o fim da guerra fria, os governos efetivamente concluíram um tratado que regula vários tipos desses armamentos na Europa e uma quantidade gigantesca foi desmantelada. Porém, muitas outras foram vendidas para outros países, com pouca possibilidade de essas nações concordarem com os limites sobre armas convencionais pesadas.

Enquanto isso, armas convencionais menores – o foco deste capítulo – foram responsáveis pela maioria das mortes, nas últimas décadas, durante e após conflitos armados. A ampla disponibilidade dessas armas leves impede a pacificação, após conflitos armados terem terminado, facilitando violência criminosa, pessoal e política, mesmo em países que não estejam em guerra. Paz e estabilidade verdadeiras em regiões devastadas por guerras continuarão inatingíveis, a não ser que soldados e outros combatentes sejam desarmados, desmobilizados e reintegrados à sociedade.

## Um “Faroeste” Global

Nos países por todo o globo, há centenas de milhões de “armas pequenas e armas leves” de baixa tecnologia, baratas, resistentes e de fácil manejo. Esta categoria inclui um amplo espectro de armas na posse de militares e civis – como pistolas de mão e rifles de caça, rifles de assalto e metralhadoras.<sup>2</sup>

Armas pequenas são as preferidas, na maioria dos conflitos modernos – batalhas disputadas dentro, ao invés de entre países. Estima-se que cerca de 300.000 pessoas são mortas por armas pequenas anualmente em conflitos armados. Mas, quando as armas são endêmicas, também afetam as sociedades que estão formalmente em paz. Assim, outras

200.000 pessoas morrem anualmente em violência relacionada às armas, e 1,5 milhão de pessoas são feridas. Nas mãos de governos repressivos ou déspotas cruéis, as pequenas armas podem contribuir para violações maciças de direitos humanos – expulsando ou “desaparecendo” pessoas, silenciando opositores políticos e intimidando a sociedade civil.<sup>3</sup>

A distribuição de armas entre exércitos privados e milícias, grupos insurgentes, organizações criminosas, turmas de vigilantes e cidadãos privados alimenta um ciclo de violência que, por sua vez, causa uma demanda ainda maior. A violência política lança governos contra forças insurgentes que lutam para derrubar o governo ou se separar; a violência comunitária envolve grupos étnicos ou religiosos diferentes, ou de outras identidades; e a violência criminosa envolve traficantes, grupos do crime organizado ou pequenos criminosos. Além de danos pessoais e perda de vida, a ampla disponibilidade de armas pequenas cria um clima de medo e ilegalidade que pode solapar a estabilidade política, desbaratar a atividade econômica e ameaçar destruir realizações desenvolvimentistas do passado.

Embora altos níveis de posse de armas não redundem automaticamente em violência, a fácil disponibilidade de armas faz a diferença. Isto ocorre particularmente em sociedades onde as desigualdades sociais e econômicas são acentuadas, a pobreza é endêmica, o desemprego leva os jovens de futuro incerto a se unirem a gangues ou milícias, o tecido social está sob tensão aguda, onde persistem fortes animosidades étnicas intergrupais ou outras, ou a legitimidade das instituições políticas está em dúvida.

### **A violência com armas pequenas pode ter conseqüências fatais para o desenvolvimento humano, conturbando sistemas de saúde e educacionais já estressados.**

Sociedades que emergiram de um longo período de guerra freqüentemente continuam a sofrer tensões e violência consideráveis, alimentadas por insatisfações não resolvidas, uma cultura de violência e grandes estoques de sobras de armas. Combatentes recém-desmobilizados, quase sempre mal-equipados para a vida civil, podem se voltar para o banditismo. Países do sul da África e vários da América Central, por exemplo, sofreram uma transição inconsútil da violência politicamente motivada para a criminosa, no início dos anos 90, sofrendo mortes que se equipararam ao número de pessoas que sucumbiram durante os conflitos armados. Mais recentemente, países como Sri Lanka enfrentam problemas semelhantes; como a guerra civil aparentava estar prestes a terminar, armas disponíveis abertamente provocaram uma onda de crimes.<sup>4</sup>

A América Latina se destaca neste quadro global, devido à sua alta taxa de mortes por armas de fogo. Na Venezuela, a relação é de 21 homicídios com armas por 100.000 habitantes, na Jamaica 17, Brasil 14 e na Colômbia devastada por conflitos, 50, em comparação a 30 por 100.000 habitantes na África do Sul, porém 3,5 nos Estados Unidos e 0,2 na Alemanha. Crianças estão cada vez mais envolvidas com sindicatos de traficantes de drogas e violência urbana. No Rio de Janeiro, por exemplo, cerca de 12.000 crianças e adolescentes estão envolvidos com o tráfico de narcóticos e, em El Salvador, pelo menos 25.000 crianças pertencem a gangues.<sup>5</sup>

Violência com armas pequenas pode ter conseqüências fatais para o desenvolvimento humano, conturbando sistemas de saúde e educacionais já estressados. Por toda a África subsaariana, por exemplo, esforços de vacinação têm sido impedidos. Na República Democrática do Congo, um terço de todas as crianças entre 5 e 14 anos ficaram fora das escolas, entre 1999 e 2000, com maior proporção nas áreas mais afetadas pela violência contínua. Na Jamaica, 30% das meninas pesquisadas declararam que tinham medo de ir à escola, devido ao perigo ligado às armas de fogo.<sup>6</sup>

Armas pequenas podem contribuir para um declínio vertiginoso e até mesmo para o colapso da atividade econômica, sem falar da destruição direta ou deterioração da infraestrutura física. Guerras civis, banditismo e outras formas de violência armada podem causar um colapso da confiança básica, essencial para o comércio e outras transações econômicas. Investidores tendem a se afastar de países onde a segurança pessoal e a garantia da propriedade estejam em risco. E, nas áreas rurais, a violência endêmica pode forçar os agricultores a abandonarem suas plantações. Em Angola, por exemplo, a participação da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 23%, em 1991, para 6%, em 2000. Entre os grupos pastores no leste da África, o influxo de armas de alto calibre tornou as práticas tradicionais de roubo de gado muito mais violentas.<sup>7</sup>

Lidar com crime e violência desvia uma parcela crescente de investimentos, ajuda externa e orçamentos domésticos para fins improdutivos. Precisa-se gastar tanto com polícia, aplicação da lei, segurança particular e outras formas de “segurança,” que pouco resta para os serviços sociais. Este é o caso da África

do Sul, onde o orçamento policial para 2000 e 2001 foi 26% superior ao da saúde. Na América Latina, despesas de segurança pública e privada absorveram aproximadamente de 13 a 15% do PIB conjunto da região, em meados dos anos 90 – superando as despesas assistenciais e previdenciárias.<sup>8</sup>

### Vender, Saquear, Contrabandear

Por terem sido sempre consideradas essenciais para proteção nacional e pessoal, armas pequenas são produzidas, comercializadas e armazenadas por muitas décadas, com pouca atenção para as repercussões na segurança pública, desenvolvimento e meios de vida. Não se sabe quantas dessas armas existem, e a maioria dos governos e empresas continuam sendo extremamente reticentes quanto a disponibilizar esta informação. Com base em premissas conservadoras, a *Small Arms Survey*, de Genebra – a mais confiável fonte de informação pública –, estima os estoques globais de armas militares e civis em 639 milhões. Para grande parte das regiões e países mundiais, só existem estimativas aproximadas e freqüentemente parciais para o número de armas pequenas em poder da população civil, polícia, forças armadas e grupos insurgentes. (Ver Tabela 7-1.)<sup>9</sup>

A utilidade de números agregados, por si só, é naturalmente limitada, uma vez que incluem uma variedade imensa de tipos diferentes de armas. Armas militares, calculadas em mais de 240 milhões, têm maior poder de fogo. O que mais predomina entre estas são os rifles de assalto, dos quais cerca de 90 a 122 milhões foram produzidos mundialmente. Mas armas de fogo civis – bem mais numerosas – podem na realidade

representar um desafio ainda maior em relação ao crime e violência urbana. Entretanto, números apenas não são bons previsores das conseqüências prováveis. Contexto social e intencionalidade são cruciais. Alguns países que não estão em guerra possuem arsenais muito maiores de armas de fogo do que outros, assolados pela violência organizada. Uma arma nas mãos de um indivíduo impiedoso ou de grupos como déspotas, rebeldes ou sindicatos de crime tem muito mais chance de ser utilizada. Mesmo quantidades limitadas de armas pequenas podem causar morte, dano e devastação em larga escala.<sup>10</sup>

A produção global de armas pequenas está estimada em 7,5 e 8 milhões de unidades anuais, das quais 7 milhões são do tipo civil e o restante militar. Estima-se que a produção anual de munição para armas pequenas de calibre militar esteja na faixa de 10 a 14 bilhões de pentes – ou cerca de 1,5 a 2 balas para cada pessoa viva no mundo. A produção de armas militares pode estar aumentando no rastro das invasões do Afeganistão e Iraque e dos programas de rearmamento nos Estados Unidos, Rússia, China e partes da Europa. Se assim for, isto seria uma reversão das tendências dos últimos anos.<sup>11</sup>

Os Estados Unidos, Rússia e China são os maiores produtores, mas existem pelo menos outros 27 países produtores médios – 15 na Europa, 6 na Ásia, 3 no Oriente Médio, mais Canadá, Brasil e África do Sul. No total, pelo menos 1.249 empresas em 92 países estão envolvidas na fabricação de armas. Não constam desta estatística grupos de insurgentes e de oposição em vários países, com condições de produzir armas simples, de pequeno calibre. Também a produção ilegal, em pequena escala, parece estar relativamente

generalizada, ocorrendo em pelo menos 25 países, inclusive Chile, Gana, África do Sul, Turquia, Paquistão e Filipinas.<sup>12</sup>

Apesar dos esforços crescentes na coleta de dados e transparência, o mundo ainda está longe de ter um quadro claro e consistente, até mesmo do comércio autorizado de armas pequenas, sem falar dos negócios do mercado negro ou cinza. Estados Unidos, Itália, Bélgica, Alemanha, Rússia, Brasil e China são os maiores exportadores, enquanto Estados Unidos, Arábia Saudita, Chipre, Japão, Coreia do Sul, Alemanha e Canadá são os principais importadores. A *Small Arms Survey* estima o comércio internacional legal em US\$ 4 bilhões anuais, ou cerca da metade do valor estimado da produção total; calcula-se que o comércio ilícito se situe em torno de US\$ 1 bilhão.<sup>13</sup>

Em última análise, entretanto, é praticamente impossível traçar uma linha divisória entre essas categorias, pois uma arma “legal” pode facilmente se tornar ilícita. Uma parcela significativa até mesmo do comércio internacional legal é realizada em segredo. E inúmeras redes comerciais permitem fornecimentos clandestinos por agências governamentais, vendas no mercado negro por comerciantes privados e transferências não autorizadas de recipientes originais para secundários. Acrescentando-se outros fatores como roubo ou perda de muitas armas pequenas, após sua fabricação, não há meios possíveis de se saber em que mãos as armas irão acabar.<sup>14</sup>

O comércio de segunda mão começou a florescer após a guerra fria, quando os exércitos da América do Norte, Europa e Ex-União Soviética doaram grande parte de seus equipamentos excedentes ou venderam a preços baixos. Desfazer-se de estoques excedentes pode fazer sentido sob um ponto

**Tabela 7-1. Estimativas Aproximadas dos Estoques de Armas Pequenas, Países e Regiões Seleccionadas**

País ou Região	Estoques Estimados
América Latina	De 45 a 80 milhões (de 37 a 72 milhões civis, 1,8 milhão policiais, 7 milhões militares)
Estados Unidos	De 238 a 276 milhões (civis, policiais e militares)
União Européia (UE)	67 milhões (de 15 a 16 milhões militares e policiais)
Europa não-EU (incluindo Rússia)	Pelo menos de 13 a 14 milhões de armas de fogo (civis apenas)
África subsaariana	29 milhões (23 milhões civis; 600 mil grupos insurgentes; o restante é de militares e policiais)
África do Sul	4,5 milhões (civis apenas)
Iraque	Pelo menos de 7 a 8 milhões (armas militares e civis), possivelmente muito mais
Iêmen	De 5 a 8 milhões (militares e civis)
Índia	48 milhões (40 milhões civis; 7 milhões militares; 600.000 policiais; 100.000 insurgentes)
Paquistão	23 milhões (20 milhões civis; 3 milhões militares; 400.000 policiais)
China	30 milhões (pelo menos 27 milhões militares; 3 milhões policiais); informações insuficientes sobre posse civil

Obs.: Estes números, na maioria dos casos, representam estimativas muito primárias.

FONTE: Vide nota final 9.

de vista estreito de custo-benefício, com economia de recursos e esforço necessários para dismantelar e destruir as armas obtendo, ao mesmo tempo, uma fonte de receita. Mas se essas armas forem para clientes indesejáveis ou irresponsáveis, o custo a longo prazo poderá ser substancialmente maior do que o previsto.<sup>15</sup>

Embora Noruega e Alemanha tenham praticamente cessado as exportações de armas ou munições excedentes, o Reino Unido, Rússia e Estados Unidos ainda seguem a velha prática. No final dos anos 90, por exemplo, Washington vendeu cerca de 320.000 armas

excedentes para governos “amigos.” (Nos Estados Unidos, armas excedentes são também rotineiramente transferidas para órgãos domésticos de segurança ou vendidas para o público.)<sup>16</sup>

Em vários países em desenvolvimento, as compras de armas são financiadas através da venda de mercadorias ou escambo direto por recursos naturais, produtos animais ou drogas. Na Libéria, Serra Leoa e Angola, por exemplo, a receita de diamantes, petróleo, madeira e produtos da vida silvestre ajudou tanto o governo quanto as forças rebeldes a adquirirem armas. Rebeldes cambojanos

pagaram por suas atividades através da venda de madeira e pedras preciosas. E, no Afeganistão, *mujabideen* anti-soviéticos, e posteriormente o Talibã, se sustentaram através do comércio de ópio.<sup>17</sup>

Outras fontes importantes de escoamento de armas são a captura delas por forças insurgentes, o saque generalizado de depósitos militares e policiais e os “vazamentos” contínuos de arsenais governamentais, com soldados roubando e vendendo as armas. Houve casos, por exemplo, de armas de arsenais militares e policiais da Argentina alugadas para gangues domésticas e contrabandeadas para o Rio de Janeiro, assolado pelo crime. Há também evidências de que armas pequenas estão sendo desviadas dos estoques do governo da Arábia Saudita para uma variedade de organizações terroristas, inclusive a *al Qaeda*. Nas Filipinas, a grande maioria das armas nas mãos de insurgentes veio de depósitos policiais e militares.<sup>18</sup>

Alguns casos envolvem quantidades imensas de armas. Após a queda da ditadura de Siad Barre, na Somália, centenas de milhares de armas foram pilhadas de arsenais militares em 1991 e 92, fomentando a ascensão de déspotas. Em 1997, uma revolta popular na Albânia provocou o saque de depósitos militares e policiais. Cerca de 643.000 armas pequenas foram roubadas e muitas contrabandeadas para albaneses étnicos nas regiões vizinhas de Kosovo e Macedônia, onde conflitos se desencadearam posteriormente. Armas pequenas são freqüentemente transportadas ilicitamente de um ponto crítico do mundo para outro (ver Tabela 7-2). Quando um conflito em um determinado país chega ao fim, conflitos em andamento em outros países proporcionam

um mercado tentador e lucrativo para sobras de armas.<sup>19</sup>

Uma das transferências de armas pequenas mais extraordinárias e rápidas ocorreu após o colapso do regime de Saddam Hussein, no Iraque, quando os arsenais do governo foram saqueados. Quando o comandante das forças de ocupação, Paul Bremer, debandou o exército iraquiano, em maio de 2003, não apenas acelerou o fluxo de armas para a sociedade civil, como também criou uma classe de pessoas que, embora houvessem perdido repentinamente seu meio de vida, estava bem armada. Cerca de 4,2 milhões de armas desapareceram dos arsenais e se somaram a pelo menos outras 3 milhões, já em mãos dos civis. Esta enxurrada de armas ajudou a armar as milícias mantidas por líderes rivais regionais, religiosos e faccionais, provocando o aumento do crime e de mortes entre uma população empobrecida e desesperada. Poderá ainda vir a solapar a estabilidade de países vizinhos, caso uma parcela significativa cruze fronteiras difíceis de controlar. Já há informações de armas AK-47 e lançadores de granadas iraquianos surgindo na Arábia Saudita.<sup>20</sup>

Além dessas perdas impressionantes, há inúmeros incidentes de pequenos volumes de armas sendo perdidos ou desviados. O impacto cumulativo não é menos insidioso. No mínimo, 1 milhão de armas de fogo são perdidas ou roubadas, mundialmente, a cada ano, principalmente de particulares, embora o total provavelmente seja muito maior.<sup>21</sup>

### Até Agora, uma Reação Medíocre

Lidar com a proliferação de armas pequenas requer uma profusão de abordagens. A experiência da Colômbia, ao longo das

últimas quatro décadas, ilustra os problemas enfrentados por governos e sociedades atolados em armas pequenas (ver Quadro 7-1). Entre as novas abordagens necessárias estão maior transparência; controles mais rígidos de exportação para evitar embarques ilícitos; maior cooperação entre alfândegas; códigos de conduta e embargos para evitar transferências a usuários questionáveis; redução do número de armas em circulação, através de programas de recompra de armas e outros métodos de coleta; e destruição de estoques excedentes.<sup>22</sup>

**Tabela 7-2. Exemplos Selecionados de Transferências de Armas Pequenas de um Ponto Crítico a Outro, Década de 70 até 2002**

Origem	Recebedores
Vietnã	Após o fim da guerra do Vietnã, sobras de armas e munições americanas foram adquiridas por Cuba e, posteriormente, pelo governo sandinista da Nicarágua e insurgentes salvadorenhas.
Organização para Libertação da Palestina	Munições soviéticas confiscadas pelas forças israelenses foram transferidas pela CIA para os rebeldes Contra da Nicarágua, nos anos 80.
Nicarágua e El Salvador	Armamentos dos Estados Unidos despejados nas guerras civis da América Central nos anos 80 formaram, posteriormente, parte de um mercado negro regional, com armas indo para México, Colômbia, Peru e gangues salvadorenhas nos Estados Unidos.
Afganistão	Dois terços de armas valendo US\$ 6 – 9 bilhões, destinadas aos combatentes anti-soviéticos durante os anos 80, acabaram no Paquistão, região do Punjab na Índia, Caxemira, Tajiquistão, Sri Lanka, Myanmar e Argélia.
Líbano	Sobras de armas da guerra civil dos anos 70 e 80 foram transferidas para a Bósnia, no início dos anos 90.
Moçambique e Angola	Armas originalmente fornecidas para forças antigovernamentais em Moçambique e Angola pelo regime <i>apartheid</i> , da África do Sul, foram posteriormente contrabandeadas de volta à África do Sul, alimentando uma extraordinária onda de crimes.
Camboja	Fluxos de armas foram rastreados para as Filipinas, Aceh (Indonésia), Sri Lanka, Índia e Caxemira.
Sudeste da Ásia	Rebeldes da região de Assam, na Índia, receberam armas de outros insurgentes, inclusive dos rebeldes Tamil de Sri Lanka, Kachins de Myanmar, Khmer Rouge do Camboja e grupos Kashmiri.
Sudão e Somália	Um influxo de armas de zonas de guerra para o Quênia transformou conflitos menores entre pecuaristas em confrontos cada vez mais violentos.
Grécia e Turquia	Rebeldes PKK curdos transferiram mísseis <i>Stinger</i> para os rebeldes Tamil de Sri Lanka. Os mísseis foram fabricados na Grécia, sob licença dos Estados Unidos.
Libéria	Ex-combatentes estão supostamente contrabandeando AK-47s e outras armas para países vizinhos, em troca de bens de consumo.

FONTE: Vide nota final 19

As nações europeias ampliaram seu compartilhamento de dados, dentro do âmbito da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE, na sigla em inglês). E, em dezembro de 2003, os membros do Tratado de Wassenaar sobre Controle de Exportações de Armas Convencionais e Tecnologias e Objetos de Uso Duplo – na realidade, um clube de fornecedores de armas – decidiram trocar informações regularmente. Entretanto, uma maior transparência entre agências governamentais não é o mesmo que a disposição de levar este tipo de informação ao conhecimento público.<sup>23</sup>

Durante a última década, controles de exportação se tornaram mais rígidos e os governos começaram a exercer maior cautela em suas vendas a países envolvidos em conflitos armados ou violações de direitos humanos. Uma variedade de acordos regionais e mecanismos que tratam da fabricação, transferência e gestão de armazenagem de armas estão em vigor:

- Em 1993, a OSCE assinou os Princípios que Regem as Transferências de Armas Convencionais e, em seguida, um Documento sobre Armas Pequenas e Leves, estabelecendo os critérios sobre a fabricação e exportação, intermediação, e gestão de armazenagem e sobras de armas. Para encorajar padrões mais elevados, a OSCE publicou um Manual de Melhores Práticas (*Handbook of Best Practices*), em 2003.

- Em novembro de 1997, os membros da Organização dos Estados Americanos assinaram a Convenção Interamericana contra a Fabricação Ilícita e Tráfico de Armas de Fogo, Munição, Explosivos e Outros Materiais Afins, primeiro acordo vinculante.

- Em 1998, a União Européia aprovou um Código de Conduta sobre Exportações

de Armas, estipulando que armas não deverão ser enviadas a países onde haja risco claro de serem utilizadas para agressão externa ou repressão interna.

- Em outubro de 1998, chefes de Estado da África ocidental declararam uma moratória sobre importação, exportação e produção de armas pequenas dentro da região. Todavia, violações repetidas representam um grande desafio.

- Em 2001, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral assinou um Protocolo sobre Armas de Fogo, Munição e Materiais Afins, objetivando a criação de controles regionais sobre a posse e contra o tráfico.

- Em 2002, o Centro do Sudeste Europeu para o Controle de Armas Pequenas e Leves foi criado, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

- Em abril de 2004, representantes de 11 nações africanas das regiões dos Grandes Lagos e Chifre da África assinaram o Protocolo de Nairobi para Prevenção, Controle e Redução de Armas Pequenas e Leves, obrigando-as a adotarem medidas concretas para restringir a fabricação, tráfico e posse ilegal de armas pequenas.<sup>24</sup>

Infelizmente, a eficácia desses esforços continua relativamente limitada, uma vez que quase todas são politicamente (mas não legalmente) obrigatórias e, assim, difíceis de serem impostas, já que o foco está em armas ilícitas (a maioria desconsiderando transferências sancionadas por nações), e também não há exigência expressa para que nações exportadoras respeitem leis humanitárias ou de direitos humanos internacionais. Mesmo assim, esses acordos sinalizam compromissos crescentes por parte dos governos e fazem

**QUADRO 7-1. COLÔMBIA: OBSTÁCULOS PARA A PAZ**

A julgar pelo impacto humano maciço, gigantesco custo econômico e ligações entre a violência generalizada, economias de mercado negro, desigualdade social e violações de direitos humanos, o pior conflito da América Latina é, sem dúvida, o da Colômbia. Causou uma crise humanitária grave e tem o potencial de disseminar a violência e instabilidade por todas a região andina e amazônica.

Este conflito está enraizado em desigualdades, exclusão social e violência endêmica extensas, remontando a várias décadas. Repressão e concentração crescente de riqueza e poder desencadearam o surgimento de grupos guerrilheiros de esquerda, nos anos 60. Em resposta, os militares ajudaram a criar grupos paramilitares que se tornaram notórios por massacres de civis.

Negociações atualmente em curso entre a *Autodefensas Unidas de Colômbia* (AUC, a maior organização “guarda-chuva” dos grupos paramilitares) e o governo de Álvaro Uribe poderão levar à desmobilização de alguns grupos armados. Mas, a anistia proposta para os membros da AUC é um retrocesso em termos de impunidade por atos vis. E as negociações podem acabar legalizando a propriedade da terra e outros bens obtidos ilicitamente.

Os esforços de paz durante as duas últimas décadas demonstram que apenas a desmobilização e a reintegração de combatentes não são suficientes. O ciclo de violência não será rompido, caso os problemas estruturais que são tanto causa como consequência do conflito permaneçam insolúveis. Aspectos-chave de uma estratégia de paz e restabelecimento de legitimidade política incluem respeito ao regime das leis e direitos humanos, acabando com a impunidade dos atos de violência cometidos por grupos armados e estabelecendo um poder judiciário independente e eficaz. Ataques a civis têm sido parte integrante das estratégias praticadas por vários grupos armados – incluindo assassinatos, desaparecimentos, tortura e seqüestros, abuso sexual de mulheres, ataques a pessoal protegido como médicos militares e deslocamento forçado de pessoas. A Colômbia possui um dos maiores números de pessoas deslocadas internamente do mundo.

A militarização em curso da sociedade colombiana representa um imenso obstáculo à paz. O Plano Colômbia, adotado pelo governo e apoiado pelos Estados Unidos, busca mobilizar toda população, seja como informantes ou como membros de grupos paramilitares locais. O estado democrático está se tornando cada vez mais subordinado à lógica da guerra e a distinção entre combatentes e civis é difusa, senão inexistente. Líderes sindicais, grupos femininos e organizações de direitos humanos são freqüentemente alvos de perseguição.

A Colômbia tem um dos níveis mundiais mais altos de desigualdade da posse da terra, o que é agravado pelos deslocamentos forçados. A ausência de oportunidades de emprego para a população urbana pobre, aumenta a pressão sobre este problema. De acordo com as Nações Unidas, 55% dos colombianos vivem na pobreza; 27% estão sob pobreza extrema. Assim, é essencial promover reformas estruturais que assegurem maior acesso à terra e a outras atividades produtivas, e adotar uma política econômica direcionada à criação de emprego, inclusive para aqueles que foram desmobilizados. Políticas fortalecidas de saúde e educação contribuirão para reduzir a pobreza e melhorar a distribuição da riqueza. Isto exige uma nação com mais recursos. Todavia, o sistema fiscal atual arrecada pouco e favorece os ricos –apenas pouco mais de 400.000 pessoas numa população de cerca de 44 milhões pagam imposto de renda.

Embora o tráfico de drogas não tenha sido o estopim do conflito, tornou-se sua força motriz. O conflito se tornou mais complexo, devido ao crescimento de grupos paramilitares que se autofinanciam através da extorsão e tráfico de drogas. Sua responsabilidade pela expulsão forçada de camponeses e suas ligações com algumas unidades das forças armadas ficaram claramente demonstradas.

A política dos Estados Unidos quanto a drogas ilícitas, como expresso no Plano Colômbia, tem se tornado cada vez mais militarizada. Os principais componentes incluem ajuda militar, conselheiros militares uniformizados e do setor privado, e fumigação aérea maciça de culturas ilegais. Mais de 350.000 hectares foram fumigados, desde 2000. Os efeitos negativos da fumigação aérea sobre o meio ambiente e a saúde humana têm sido alvo de protestos generalizados. Os camponeses são os que mais sofrem com o Plano Colômbia, enquanto o tráfico internacional e as redes de lavagem de dinheiro continuam praticamente intocáveis. Anos de tentativas para acabar com a produção de coca na Colômbia parecem ter conseguido apenas uma mudança geográfica da área de cultivo. Não há redução visível na disponibilidade de drogas nos mercados ocidentais.

Uma política alternativa seria não criminalizar os camponeses produtores de coca, substituir a fumigação aérea por projetos de erradicação manual, promover projetos de desenvolvimento alternativos que levem em conta as causas sociais e econômicas que forcem camponeses ao cultivo ilícito e tentar assegurar para outras culturas melhor acesso ao mercado.

*Manuela Mesa, Centro de Investigación para la Paz, Madri*

fonte: Vide nota final 22.

parte de um processo de criação de normas e regulamentos novos.<sup>25</sup>

Todavia, práticas questionáveis continuam a ocorrer. Em 2003, por exemplo, o Reino Unido decidiu continuar com as exportações para Indonésia, apesar do Código de Conduta da UE. Embora a preocupação crescente com segurança nesta era de terrorismo presumivelmente recomendasse maior cautela com as transferências, a “guerra ao terror” está tendo, de certa forma, o efeito oposto. A disposição de um governo recipiente juntar-se à coalizão “antiterror”, freqüentemente, relega seus abusos aos direitos humanos e a outras considerações.<sup>26</sup>

Em nível global, o controle de armas pequenas recebeu um novo impulso a partir de uma conferência das Nações Unidas, em 2001, que levou a um Programa de Ação. Embora tenha ficado aquém das expectativas de grupos engajados da sociedade civil, o programa efetivamente encoraja governos a adotarem leis e regulamentos adequados e a informar as medidas que estão tomando em várias áreas: melhoria de gestão de estocagem, controle de transferência e regulação de intermediação, melhorias na marcação e rastreamento de armas e também registro, estabelecimento de penalidades criminais para o tráfico, recolhimento e disposição de armas excedentes e aumento da conscientização pública.<sup>27</sup>

Uma coalizão global da sociedade civil, a Rede de Ação Internacional sobre Armas Pequenas, está pressionando os governos a cumprirem seus compromissos e a fecharem o fosso entre retórica e ação. Enquanto isso, vários governos, organizações internacionais e não-governamentais (ONGs) se reuniram no que foi denominado “Processo de Genebra” para consultas informais regulares

sobre esta questão. Avanços na implementação do Programa de Ação estão particularmente lentos na África do Norte, Oriente Médio e partes da Ásia. A fim de estimular as ações, o Centro Regional de Segurança Humana, na Jordânia, organizou um *workshop* sobre medidas nacionais e regionais e uma ONG foi fundada em novembro de 2002.<sup>28</sup>

**O Brasil, assolado pelo crime, promulgou o Estatuto do Desarmamento, em dezembro de 2003, que estabelece, entre outros objetivos, a proibição do porte de armas de fogo.**

Outro esforço em nível global é o Protocolo de Armas de Fogo à atual Convenção contra o Crime Transnacional Organizado, que a Assembléia Geral da ONU adotou, em maio de 2001. O protocolo visa promover a cooperação entre governos para a prevenção e combate à fabricação ilícita e ao tráfico de armas de fogo, componentes e munição, através do desenvolvimento de normas internacionais harmônicas. Todavia, até setembro de 2004, apenas 52 nações haviam assinado (Estados Unidos, França e Rússia, especialmente, não o fizeram); as 26 ratificações até hoje ainda estão muito aquém das 40 necessárias para que o protocolo entre em vigor.<sup>29</sup>

Vários governos intensificaram seus esforços, aplicando maior rigor no controle interno. Os esforços enfocaram particularmente a posse de armas automáticas e semi-automáticas. Uma das iniciativas mais ambiciosas ocorreu no Canadá, que promulgou uma nova lei, em janeiro de 2003. E o Brasil, assolado pelo crime – onde 300.000 pessoas foram mortas em violência urbana na última década –, promulgou o Estatuto do

Desarmamento, em dezembro de 2003, que estabelece, entre outros objetivos, a proibição do porte de armas de fogo, elevação da idade mínima para a posse legal para 25 anos e a realização de um referendo nacional, em 2005, sobre a proibição de todas as vendas de armas e munição. Na Tailândia, o Primeiro-ministro Thaksin Shinawatra deseja tornar o país livre de armas dentro de cinco a seis anos, a partir de uma proibição de novas vendas. Nos Estados Unidos, por outro lado, a influência política do *lobby* das armas impede qualquer medida mais ousada. O poder da *National Rifle Association* foi novamente demonstrado em setembro de 2004, quando o Governo Bush e o Congresso deixaram de prorrogar uma proibição de 1994 sobre armas de assalto, numa afronta ao grande apoio popular à proibição.<sup>30</sup>

Finalmente, embargos internacionais de armas – embora caracteristicamente não limitados a (ou focados em) armas pequenas – são outra iniciativa de controle do fluxo ilícito de armas. Vários governos e grupos rebeldes têm sido objeto de embargos de armas pelas Nações Unidas, desde 1990 (ver Tabela 7-3). Além disso, a União Européia aplicou embargos à Líbia, China, Myanmar, vários países sucessores iugoslavos, República Democrática do Congo, Sudão, Nigéria, Indonésia e Zimbábue. Estes esforços, porém, são freqüentemente violados, necessitando de maiores recursos para monitoração e implementação.<sup>31</sup>

Os esforços para limitar e controlar o fluxo de armas pequenas são apenas uma face da moeda; a outra face é a redução do número de armas em circulação. Uma das tarefas mais urgentes é o recolhimento de armas que sobram após o fim das guerras civis. Desde 1990, houve pelo menos 17 grandes operações

de manutenção da paz, não só das Nações Unidas – na América Central, Balcãs, diferentes regiões da África subsaariana, Afeganistão e Camboja –, cujos mandatos incluíam o desarmamento de ex-soldados e combatentes rebeldes.<sup>32</sup>

Caracteristicamente, no final de um conflito não existe um inventário seguro ou confiável das armas em poder dos combatentes, e assim torna-se difícil estabelecer uma base e avaliar quando o desarmamento está, de fato, ocorrendo. Durante as negociações de paz, cada lado tem interesse em inflar o número de armas sob seu controle, a fim de ganhar concessões dos oponentes. Quando se chega ao desarmamento efetivo, todavia, os protagonistas tendem a minimizar seus estoques, entregando apenas uma parcela das armas e retendo as melhores. Duas perguntas importantes, não respondidas, são se medidas coercitivas devem ser tomadas, caso alguns dos atores descumpram compromissos e se os civis, além dos ex-combatentes, também devem ser desarmados.<sup>33</sup>

A escolha do momento é crucial. Idealmente, o desarmamento deve ser realizado logo que a situação política seja favorável e os recursos adequados e as forças de paz em número suficiente de efetivos estejam posicionadas. Freqüentemente, porém, há muita demora na criação de condições favoráveis e a experiência revela que a disposição dos protagonistas de serem desarmados tende a diminuir, ao longo do tempo, independentemente dos compromissos no papel. E, uma vez que as armas são recolhidas, alguém deverá decidir o que fazer com elas. Mantenedores da paz freqüentemente as repassam para um exército nacional reconstituído (que integre soldados governamentais e rebeldes), ao invés de

## DESARMANDO AS SOCIEDADES PÓS-GUERRA

**Tabela 7-3. Embargos Internacionais de Armas, 1990 até o presente**

País-alvo	Entrada em Vigor	Duração	Observações
Iraque	Agosto de 1990	Em curso	
Antiga Iugoslávia	Setembro de 1991	Junho de 1996	
Somália	Janeiro de 1992	Em curso	
Líbia	Março de 1992	Abril de 1999	
Libéria	Novembro de 1992	Em curso	O embargo original terminou em março de 2001, porém foi substituído por outro, imposto por outros motivos.
Haiti	Junho de 1993	1994	
Angola (rebeldes UNITA)	Setembro de 1993	Em curso	
Ruanda (rebeldes)	Maior de 1994	Em curso	Aplicado apenas para grupos rebeldes, após agosto de 1995
Afganistão	Dezembro de 1996	Janeiro de 2002	Iniciado como embargo voluntário; tornou-se obrigatório em dezembro de 2000. Após janeiro de 2002, restrito a Osama bin Laden e membros da al Qaeda e Talibã.
Antiga Iugoslávia, Kosovo	Março de 1998	Setembro de 2001	
Serra Leoa (rebeldes RUF)	Outubro de 1997	Em curso	Aplicado apenas para rebeldes RUF, após junho de 1998.
Eritreia e Etiópia	Fevereiro de 1999	Maior de 2001	Iniciado como embargo voluntário; tornou-se obrigatório, em maio de 2000.

FONTE: Vide nota final 31.

destruí-las. Entretanto, controles fracos sobre elas e o fato de muitos soldados ganharem pouco são um convite para o roubo e venda de armas, causando problemas adicionais.<sup>34</sup>

Além dos esforços de coleta de armas no contexto de operações de manutenção da paz, foi lançada uma variedade de programas de recompra, encorajando as pessoas a entregarem suas armas, voluntariamente, em troca de compensação monetária. Frequentemente, os governos estabelecem um período de “anistia”, durante o qual armas sem licença ou ilícitas podem

ser entregues sem receio de processo. Após a guerra civil de El Salvador, por exemplo, um programa de mercadorias-por-armas, conduzido pelo Movimento Patriótico contra o Crime, recolheu quase 5.000 armas de 1996 a 1997, e a empresa de Nova York *Guns for Goods* patrocinou a troca de alimentos e roupas por armas em três cidades. Em ambos os casos, a falta de recursos limitou sua eficácia. Na vizinha Nicarágua, incentivos em espécie e em alimentos e um programa de microempreendimento, patrocinado pela Itália, renderam 64.000 armas de 1992 a 1993

(com outras 78.000 confiscadas). Em Moçambique, após os conflitos, o Conselho Cristão iniciou o projeto Transformação de Armas em Charruas, em 1995 (garantido, em parte, pela Alemanha e Japão), que permitiu às pessoas trocarem armas por vacas, arados, máquinas de costura e bicicletas.<sup>35</sup>

**Além dos esforços de coleta de armas no contexto das operações de manutenção da paz, foi lançada uma variedade de programas de recompra.**

Lições importantes foram extraídas destes esforços. A compensação monetária pelas armas é uma forma, mas pode incentivar o roubo de armas para trocá-las por dinheiro, fomentando assim atividades ilícitas. O preço pode ser um fator crucial: se muito abaixo do valor do mercado negro, poucas armas serão entregues; se muito acima, por outro lado, estimulará o mercado negro. Mas, especialmente nos países em desenvolvimento, onde se pode esperar que muitos ex-combatentes retornem a áreas rurais, os programas que fornecem alimentos ou implementos agrícolas são mais apropriados do que a oferta de dinheiro. Em termos gerais, esquemas de recompra tendem a ser mais bem-sucedidos quando são incorporados em programas comunitários mais amplos.<sup>36</sup>

O PNUD está promovendo programas “armas para o desenvolvimento” em mais de 15 países nos Bálcãs, África subsaariana e América Central. Na Albânia, onde cerca de 200.000 armas saqueadas de depósitos do governo ainda estavam em circulação, um projeto do PNUD, de 2002 a 2004, fez comunidades competirem por recursos para projetos desenvolvimentistas, através da entrega de armas. No Camboja,

esforços de “armas-para-desenvolvimento” atraíram apoio financeiro da UE. Outrora, uma reserva praticamente exclusiva de ministérios de defesa e de relações exteriores, os programas de recolhimento de armas apoiados por doadores internacionais estão cada vez mais integrando as análises de desarmamento e desenvolvimento. A partir do final dos anos 90, os governos britânicos, canadenses, alemães e japoneses desenvolveram respostas transeitoriais que congregam diferentes tipos de especialização.<sup>37</sup>

Em geral, números significativos de armas foram recolhidos nos últimos anos, através de uma variedade de métodos (ver Tabela 7-4). Há hoje um reconhecimento crescente de que é melhor destruir as armas para evitar que sejam roubadas. As Nações Unidas, por exemplo, patrocinou o Dia Global da Destruição de Armas, em julho de 2002, com eventos destinados a causarem impacto público na Argentina, Brasil, Bósnia, Sérvia, África do Sul, Indonésia, Filipinas e outros países. No Brasil, a ONG *Viva Rio* foi instrumental na destruição de 100.000 armas, em 2001 – o maior número destruído num único dia, em qualquer lugar do mundo.<sup>38</sup>

Todavia, as maiores quantidades de armas destruídas envolveram excedentes de estoques policiais ou militares, eliminando mais de 8 milhões de armas pequenas, desde 1990 (ver Tabela 7-5). Rússia, Ucrânia e Bulgária poderão em breve destruir outras 3,2 milhões de armas indesejadas. (A Rússia planejava desativar 1 milhão de armas pequenas, juntamente com 140 milhões de pentes de munição, entre 2002 e 2005, porém ainda está considerando exportar ao invés de destruir.)<sup>39</sup>

Muito do que ocorreu em prol de uma maior coleta e destruição de armas, ao longo da última década, foi encorajador. Porém, é

## DESARMANDO AS SOCIEDADES PÓS-GUERRA

**Tabela 7-4. Programas Selecionados de Recolhimento de Armas Pequenas, de 1989 a 2003**

Região/País	Período	Organização ou Implementação	Armas Pequenas Recolhidas <sup>1</sup>	
			Armas	Pentes de Munição
<b>África</b>				
Máli	de 1995 a 96	PNUD	3.000	—
Moçambique	de 1995 a 2003	Moçambique, governos sul-africanos	34.903	11,4 milhões
Libéria	de 1996 a 97	Força de Paz da ONU/África Ocidental	17.287	1,4 milhão
Serra Leoa	de 1999 a 2002	Força de Paz da ONU/África Ocidental	26.000	935.495
Angola	2002	Grupo rebelde UNITA	25.000	—
África do Sul	desde 1995	Governo	260.000	—
<b>Américas</b>				
Nicarágua	de 1989 a 93	Força de Paz da ONU	159.833	250.000
El Salvador	de 1992 a 93, de 1996 a 99	Força de Paz da ONU, ONGs Antiarmas	28.927	4,1 milhões
Brasil	de 2001 a 02	Governo, ONGs	110.000	—
Argentina	de 2001 a 02	Governo, ONGs, ONU	12.766	7.200
<b>Ásia-Pacífico</b>				
Austrália	de 1996 a 98	Governo	643.726	—
Camboja	de 1998 a 2002	Governo	119.000	—
Paquistão	de 2001 a 02	Governo	141.180	848.407
Tailândia	2003	Governo	100.000+	—
<b>Europa</b>				
Croácia	de 1996 a 97	Força de Paz da ONU	21.929	1,8 milhão
Grã-Bretanha	de 1996 a 97	Governo	185.000	—
Kosovo	1999	Força de Paz da OTAN	38.200	5 milhões
Albânia	de 1997 a 2002	Agências da ONU	200.377	—
Bósnia	de 1999 a 2002	Força de Paz da OTAN	96.230	6,6 milhões

<sup>1</sup>Algumas destas armas foram posteriormente destruídas  
 FONTE: Vide nota final 38.

necessário um maior avanço, a fim de verdadeiramente enfrentar a praga das armas pequenas. Considerando que surgem cerca de 8 milhões de novas armas a cada ano, a produção ainda supera a destruição, no mínimo, por um fator de 10.

### Do Combate à Vida Civil

Nos países que se recuperam de conflitos armados, o processo de desmobilização de soldados e outros combatentes é um desafio gigantesco. Assegurar que as armas não se disseminem para novos conflitos é apenas uma

das dimensões do problema; um outro é evitar que ex-combatentes se tornem agentes de descontentamento e instabilidade. A reintegração destes à vida civil é uma tarefa monumental, numa ocasião quando a guerra destruiu grande parte da infra-estrutura pública, a atividade econômica continua debilitada e os tesouros nacionais estão exauridos. Embora não haja violência política, a violência social e criminal estão, freqüentemente, em ascensão.

A desmobilização envolve, caracteristicamente, o alojamento temporário de ex-combatentes em áreas onde podem ser desarmados, receber alimentação e cuidados médicos, e algum treinamento básico e

**Tabela 7-5. Principais Esforços de Destruição de Armas Pequenas, 1990-2003**

País	Período	Nº de Armas Destruidas
Alemanha	de 1990 a 2003	2,2 milhões
China	de 1999 a 2001	1,3 milhão
Rússia	de 1998 a 2002	890.000
Estados Unidos	de 1993 a 96	830.000
Austrália	de 1997 a 98	644.000
África do Sul	de 1998 a 2001	315.000

FORNTE: Vide nota final 39.

orientação para ajudá-los a lidar com a vida civil. Nos países pobres, os recursos disponíveis são, quase sempre, insuficientes, e assim, estes locais são inadequados – sem saneamento e acomodações apropriadas e comida suficiente. Atrasos devidos à carência de recursos ou obstáculos políticos e burocráticos podem, às vezes, desfazer todos os esforços de desmobilização. Posteriormente ao estágio de alojamento, a capacidade e disposição de as comunidades absorverem ex-combatentes e suas famílias é crucial para o sucesso dos esforços de reintegração. Um obstáculo é que, em guerras civis, a população civil sofre o impacto maior da violência e fica indignada com aqueles que julga responsáveis pelo seu sofrimento.<sup>40</sup>

Encontrar novos meios de vida é freqüentemente difícil. Mesmo quando surgem trabalho e benefícios de curto prazo, não há garantia de um emprego de mais longo prazo. Muitos ex-combatentes enfrentam dificuldades tremendas, devido não só a sua baixa instrução e qualificação, como também a sua pouca experiência com o ambiente do mundo civil. O treinamento em especializações civis ou não existe ou é inadequado. Oportunidades de emprego são raras. Conseqüentemente, a tentação de se engajar no banditismo, tráfico de drogas ou outras atividades criminosas para

sobreviver pode ser difícil de resistir – particularmente quando tende a ser mais lucrativa do que a vida precária de um agricultor de subsistência ou trabalhador diarista. Outros podem decidir vender armas que porventura guardaram a fim de suplementar suas baixas rendas, alimentando um desmedido mercado negro de armas excedentes.<sup>41</sup>

A reintegração de ex-combatentes precisará acompanhar a reconstrução geral da sociedade, inclusive reconciliação e consolidação de processos políticos e instituições que possam evitar nova instabilidade e violência. A experiência recente de Angola é um exemplo das dificuldades envolvidas. (Ver Quadro 7-2).<sup>42</sup>

Em alguns casos, a instabilidade contínua agrava o desafio, como demonstra a situação do Afeganistão. Estagnação econômica, desemprego, faccionalismo político e o contínuo poder de déspotas regionais representam uma situação espinhosa. O que agrava mais este problema é o lento e inadequado desembolso da ajuda internacional e o retorno mais rápido do que esperado de refugiados, o que estressa os recursos e gera animosidade crescente. A continuada operação militar dos Estados Unidos na realidade ajudou os déspotas a consolidarem o poder, alienando grande parte da população.<sup>43</sup>

A experiência com desmobilização em diferentes partes do mundo, ao longo dos últimos 10 a 15 anos é, definitivamente, variada (ver Tabela 7-6). Mas, sem dúvida, o entendimento prático do que é necessário para viabilizar os processos de desmobilização e reintegração pós-conflito aumentou consideravelmente.<sup>44</sup>

Vários fatores são cruciais para um resultado bem-sucedido. A capacidade governamental e vontade política são os mais

**QUADRO 7-2. ANGOLA: O DESAFIO DA RECONSTRUÇÃO**

Angola é um laboratório para os complexos desafios de reconstrução de países emergindo de muitos anos de guerra. De uma população total de 13 milhões, a guerra matou ou mutilou cerca de 1 milhão de pessoas; há aproximadamente 4 milhões de pessoas deslocadas internamente e 500.000 refugiados nos países vizinhos. A guerra civil devastadora que durou de 1975 até 2002 lançou o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) contra a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Angola é rica em recursos minerais e agrícolas. É o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana – com uma produção de 900.000 barris/dia, devendo superar a Nigéria, até 2008 – e possui a quarta maior reserva de diamantes do mundo. Mas, com petróleo e diamantes alimentando a guerra, a agricultura e a indústria ou foram destruídas ou desprezadas. Durante a guerra, empréstimos de bancos internacionais foram garantidos contra a produção futura de petróleo, hipotecando o futuro do país. O país atualmente ocupa a 166ª posição entre 175 países no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD: 70% da população vive na pobreza; a expectativa de vida, de aproximadamente 40 anos, está um terço abaixo da média dos países em desenvolvimento; uma em cada quatro crianças morre antes de completar cinco anos; 60% da

população não dispõe de acesso à água potável; e mais da metade das crianças não frequenta escolas. Cerca de 1,5 milhão de pessoas dependem da assistência internacional para comer.

A morte do Comandante da UNITA Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002, abriu caminho para a assinatura dos Acordos de Luena e a desmobilização da UNITA. Mas, Cabinda, onde a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda luta pela secessão, ainda está em guerra. Esta província produz 60% do petróleo de Angola, porém sofre de uma pobreza ainda maior do que o país como um todo. Partes da região estão hoje com acesso negado para grupos de direitos humanos e observadores estrangeiros.

O Banco Mundial e agências das Nações Unidas estão hoje fornecendo apoio a mais de 400.000 ex-combatentes e suas famílias. Os esforços focam agricultura, treinamento vocacional, criação de emprego e colocação, e apoio ao micro-crédito. A reintegração deverá ser concluída até dezembro de 2006. Porém este apoio não é suficiente. A situação das mulheres é particularmente crítica, uma vez que seu “status” como ex-combatentes nunca foi reconhecido. Da mesma forma, a maioria dos refugiados e pessoas deslocadas retornou sem qualquer assistência e continua altamente vulnerável. O desarmamento teve pouco impacto na redução do número de armas pequenas (a maior parte em poder

decisivos. Porém, outros fatores importantes incluem a influência exercida por fatores externos; coordenação entre agências doadoras nacionais, ajuda internacional e organizações desenvolvimentistas e grupos da sociedade civil; percepções políticas de custo-benefício entre combatentes, comunidades locais e outros agentes; e oportunidades econômicas para aqueles que buscam reintegração.<sup>45</sup>

Crianças-soldados têm necessidades específicas. Muitas delas nunca tiveram uma infância “normal” e algumas só conhecem a violência organizada. Família, amigos e comunidade foram assoladas pela guerra; escolas frequentemente são destruídas ou abandonadas, o que quer dizer que muitas

crianças-soldados são analfabetas e sem qualquer qualificação para a vida civil. Em geral, mais de meio milhão de crianças – a maioria entre 15 e 18 anos, mas algumas muito mais jovens – foram recrutadas para as forças armadas e uma variedade de grupos armados não-governamentais, em mais de 85 países em todo o mundo. Acredita-se que mais de 300.000 destes menores estejam ativamente envolvidos em lutas em cerca de 33 conflitos recentes ou em andamento. Enquanto algumas foram recrutadas à força, outras foram motivadas a se alistar pela pobreza – particularmente falta de instrução, ausência de emprego, exclusão e discriminação. Uma vez que as armas pequenas são simples de operar e leves, sua proliferação facilitou o crescimento

**QUADRO 7-2. ANGOLA: O DESAFIO DA RECONSTRUÇÃO**

de civis), calculado em torno de 4 milhões. Imensas áreas ainda estão inacessíveis devido a minas terrestres (estimadas a grosso modo entre 2 e 6 milhões), que impedem o retorno e retomada da agricultura. A desativação provavelmente levará cerca de 10 anos.

Uma rede clientelista se estende por todos os setores da sociedade angolana. Acesso a emprego, bens, serviços e recursos depende dessas relações e é marcado por divisões classistas, étnicas e regionais. Em muitas municipalidades, comunas e aldeias, o Estado é praticamente ausente, não há vontade política e meios para prestar serviços sociais. O controle da máquina estatal pelo MPLA permite-lhe se apropriar dos recursos, controlar a riqueza e criar uma autocracia predatória, turvando a distinção entre partido e governo. Entretanto, isto é um sintoma geral da cultura política angolana: outros partidos provavelmente fariam o mesmo se estivessem no poder.

A UNITA se transformou num partido político, porém, a reconciliação – tão necessária – não é parte do debate público. A situação continua volátil e atos de violência política têm ocorrido. Há um clima de terror, especialmente nas áreas rurais. Tensões podem se agravar próximo às eleições gerais, que devem ser realizadas em 2006. O medo continua a limitar a participação de amplos setores da população nos assuntos públicos, alimentado por uma cultura política que confunde crítica com subversão e por autoridades

públicas que utilizam o argumento de patriotismo e soberania para silenciar vozes opositoras.

As eleições poderão ser um divisor de águas. Mas só se as necessidades básicas da população forem atendidas, para que as preocupações quanto à sobrevivência diária não eclipssem o debate político, caso o cadastramento de eleitores avance, suficientemente, e caso maior liberdade de informação seja criada, acabando com o quase monopólio total da mídia pelo Estado. Só assim poderá a incipiente, mas ainda fraca, sociedade civil se fazer ouvir. De outra forma, as eleições servirão apenas para legitimar o sistema autoritário do MPLA.

Angola praticamente desapareceu da agenda internacional, já que a guerra acabou. Há perigo de a comunidade internacional apoiar o governo, enquanto outros países têm assegurado um suprimento contínuo de petróleo. Porém, o apoio de doadores deverá estar condicionado a avanços em direção à transparência, boa governança e conduta democrática. Além disso, as empresas petrolíferas e outros investidores estrangeiros deverão prestar contas de suas atividades. Estas são tarefas cruciais para a sociedade civil, dentro e fora de Angola.

- Mabel González Bustelo, *Centro de Investigación para la Paz, Madrid*

fonte: Vide nota final 42.

das fileiras de crianças-soldados.<sup>46</sup>

O Unicef desempenhou um papel-chave no desenvolvimento de programas de assessoramento, alfabetização e vocacionais, buscando reunificar as crianças com suas famílias em Serra Leoa, Burundi, Libéria, Angola, Sri Lanka e Filipinas. Há esforços em curso para proibir o recrutamento de menores. Em maio de 2000, o Protocolo Opcional à Convenção dos Direitos da Criança, que trata do envolvimento de crianças em conflitos armados, foi submetido à assinatura. Entrou em vigor em fevereiro de 2002, e 78 nações já o ratificaram. O protocolo eleva a idade mínima para participação direta em hostilidades, recrutamento obrigatório e qualquer

recrutamento por grupos armados não-governamentais, de 15 para 18 anos.<sup>47</sup>

Programas de desmobilização e reintegração sofrem freqüentemente de uma falta de apoio financeiro, carecendo de um compromisso dedicado dos países doadores. Em geral, tem sido mais fácil obter financiamento para desarmamento do que para desmobilização; o componente de reintegração – que tende a ter menos visibilidade e exigir compromissos de longo prazo – tem sido particularmente burlado.<sup>48</sup>

Tão importante como assegurar que ex-combatentes não sejam uma ameaça contínua para a sociedade é não prestar assistência a eles às custas de outros grupos que sofreram

## DESARMANDO AS SOCIEDADES PÓS-GUERRA

**Tabela 7-6. Experiências Seleccionadas de Desmobilização em Países Emergentes de Guerras, de 1992 ao Presente**

País	Observações
El Salvador	Uma taxa de desemprego atingindo 50% tornou a reintegração extremamente difícil para muitos dos 40.000 soldados e guerrilheiros desmobilizados em 1992. Gangues fortemente armadas, formadas por alguns ex-soldados e jovens insatisfeitos, são responsáveis por assassinatos, seqüestros, roubos e tráfico de armas e de drogas.
Nicarágua	A promessa de grande parte das terras, tratamento de saúde e ajuda econômica para 88.000 combatentes sandinistas e contras desmobilizados, e suas famílias, não se materializou. A penúria aguda levou ex-combatentes a se voltarem para o banditismo e o tráfico de armas. Levaram anos para se chegar a um acordo com todos os grupos.
Moçambique	O financiamento internacional insuficiente e atrasado limitou programas de reintegração, como treinamento vocacional, esquemas de obras públicas e fornecimento de sementes e implementos agrícolas. A falta de emprego levou a um aumento do crime e da violência.
Serra Leoa	Em janeiro de 2002, um total de 72.490 combatentes havia concluído o processo de desarmamento. A reintegração de longo prazo depende da revitalização da economia, empregos e projetos comunitários bem planejados. Não está claro quantos ex-combatentes encontraram um novo meio de vida.
Libéria	Um acordo de paz acabou com a guerra civil, em agosto de 2003. No verão de 2004, 49.000, dos 60.000 antigos combatentes governamentais e rebeldes haviam sido desarmados, e cerca de 7.000 receberam treinamento vocacional. Porém, a ajuda insuficiente ameaça a reintegração, o reassentamento de refugiados e de pessoas deslocadas internamente e a reconstrução.
Afeganistão	Condições econômicas precárias impedem a reintegração de ex-combatentes. Um projeto-piloto da ONU ajuda 20.000 ex-combatentes e suas comunidades, através de treinamento vocacional e profissional, esquemas geradores de renda através de microcrédito e formação de microempresas, e parcerias público-privadas de investimento. A Organização Internacional do Comércio está oferecendo treinamento necessário para o setor de construção.
Sri Lanka	Considerando os graves problemas de desemprego, a reintegração de um grande número de ex-combatentes poderá exacerbar as tensões sociais. Desertores das forças armadas de Sri Lanka são responsáveis pelo aumento do crime no sul do país.

FONTE: Vide nota final 44.

com os conflitos (como refugiados e pessoas deslocadas internamente), quase sempre por culpa daqueles que estão sendo desmobilizados. Faz sentido, portanto, desenvolver programas integrados que beneficiem amplamente as comunidades. Afinal, só as

comunidades progressistas poderão assegurar que ex-combatentes, ou outros, não recorram às armas para acerto de contas. Neste contexto, nunca será demasiado realçar a importância de proporcionar justiça pós-conflito, apoiar a reconstrução e promover a reconciliação.<sup>49</sup>

Teóricos e praticantes tradicionais de segurança tendem a supor que o importante é lidar com os armamentos. Aqueles que promovem uma visão alternativa da

## Proliferação Nuclear

Existem muitos perigos graves decorrentes das cerca de 28.000 armas nucleares mantidas por oito nações em todo o mundo. O mais perigoso é a ampla disponibilidade de urânio e plutônio altamente enriquecidos, os materiais físséis no núcleo das armas nucleares. Esses materiais se tornaram mais acessíveis a terroristas, devido ao colapso da União Soviética e à segurança precária dos estoques nucleares nas antigas repúblicas soviéticas e em dezenas de outros países possuidores de energia nuclear.<sup>1</sup>

Existe também o perigo de algumas nações adquirirem armas nucleares explorando as brechas do Tratado de Não-proliferação Nuclear (TNP). Da forma que está redigido, os países podem adquirir tecnologias que os conduzam à beira da capacidade de armas nucleares, sem necessariamente violar os termos do acordo; poderão então abandonar o tratado sem sofrer penalidades.

Finalmente, há dúvidas crescentes sobre a sustentabilidade do regime de não-proliferação. Isto é mais perturbador nas nações com capacidade tecnológica de desenvolver armas nucleares e que tomaram uma decisão política de não fazê-lo. Alguns líderes brasileiros e japoneses, por exemplo, têm sugerido abertamente que seus respectivos países reconsiderem as opções de armas nucleares. Revelações recentes, dando conta de que cientistas da Coreia do Sul produziram uma pequena quantidade de urânio altamente enriquecido, também

suscitam temores. Alguns dos insucessos na contenção da não-proliferação resultaram de falhas do próprio regime de não-proliferação; muitos outros derivam da má vontade de cobrar compromissos assumidos e exigir cumprimento das resoluções tão determinantemente aprovadas.<sup>2</sup>

Existem entretanto tendências positivas a serem consolidadas. Desde a assinatura do TNP, em 1968, mais países desistiram de programas de arma nuclear do que iniciaram. Existem menos armas nucleares no mundo, e menos nações com estes programas, do que existiam 20 anos atrás. Os Estados Unidos e a União Soviética continuam a cooperar na desmontagem e segurança das armas nucleares e materiais da guerra fria. No entanto, o Tratado bilateral de Moscou é omissivo em medidas de verificação e qualquer um dos participantes pode desistir ao final de seu termo; assim ele deixa de fortalecer tratados anteriores de controle de armas, o START I e II.<sup>3</sup>

A decisão da Líbia de desistir e comprovadamente desmontar sua capacidade clandestina de armas nucleares é um sucesso importante. A Líbia seguiu o exemplo da África do Sul – o primeiro país a construir armas nucleares e a então desistir delas, em 1993 – e deveria servir de modelo para outras nações delinqüentes.<sup>4</sup>

Por outro lado, Índia, Paquistão e presumivelmente Israel se filiaram ao “clube” nuclear. A crise do Iraque,

**PROLIFERAÇÃO NUCLEAR**

disseminação de tecnologias nucleares pelo Paquistão, as artimanhas da Coreia do Norte e preocupações sobre o Iraque aumentaram a vigilância internacional sobre os perigos representados pela proliferação. Diante destes perigos, a União Européia tomou uma nova decisão para a proliferação, se

esforçando para frustrar os programas da Líbia e Iraque e adotando uma estratégia unificada que requer concordância plena com as normas de não-proliferação em todos os acordos futuros de comércio e cooperação.<sup>5</sup>

Para consolidar esses sucessos e prevenir novas ameaças, o mundo necessita de uma nova estratégia. A meta desta estratégia agora deve ser a concordância universal com as normas e termos de um regime restrito de não-proliferação nuclear. Os Estados Unidos devem assumir a liderança no desenvolvimento deste plano global. Para que isto aconteça, a próxima administração terá de trabalhar com afinco para recompor a perda de credibilidade de

Washington, depois das acusações falsas ao Iraque da posse de armas de destruição em massa. Deve também reverter o curso da atual política nuclear dos Estados Unidos, com um compromisso ao Tratado



O míssil balístico intercontinental *Peacekeeper*

Abrangente de Proibição de Testes Nucleares e a um Tratado verificável de Proibição da Produção de Materiais Físseis, bem como cessando toda pesquisa e desenvolvimento de novas armas nucleares. Concordância significa mais do que assinatura de tratados ou declarações de boas intenções – significa

atuação. E “universal” significa que todas as partes implicadas devem concordar com as normas e condições aplicáveis. Isto inclui atores que se filiaram ao TNP e os que não se filiaram. Também inclui corporações e indivíduos. O peso do compromisso abrange não somente as nações procurando se capacitar às armas nucleares através de programas de ciclo de uso duplo de combustível ou aqueles incentivando a proliferação, através de transferência de tecnologia, mas também nações com armas nucleares que não estão honrando seus compromissos.

Cinco obrigações compõem a estratégia de consentimento mundial. O pleno atendimento atenderá aos problemas mais urgentes. Cada um destes objetivos gerais requer políticas subsidiárias nacionais e intencionais, recursos e reformas institucionais. Algumas destas medidas requerem novos códigos de conduta voluntários e novas leis; outras necessitam

somente da vontade de atender aos compromissos existentes.<sup>6</sup>

Primeiramente, países sem armas nucleares devem reafirmar seu compromisso de nunca adquirir estas armas. Este compromisso deve se desenvolver para a proibição de aquisição adicional nacional de instalações que possam produzir materiais usados diretamente em armas nucleares (plutônio separado e urânio altamente enriquecido).

Em segundo, os países devem proteger todos materiais nucleares, mantendo normas e mecanismos de segurança e monitoramento, e responder por todos os materiais físséis sob qualquer forma. Tais mecanismos se fazem necessários para prevenir o terrorismo nuclear e concomitantemente criar a possibilidade de um desarmamento nuclear seguro. Devem ser desenvolvidas opções para o descarte seguro, a longo prazo, de materiais físséis.

Em terceiro lugar, os países devem estabelecer proibições aplicáveis a corporações e países que ajudem secretamente a aquisição de tecnologia, material, e *know-how* necessários para armas nucleares.

Em quarto, medidas devem ser tomadas para desvalorizar o valor político e militar das armas nucleares. Todos os países devem

honrar seus compromissos de banir testes explosivos nucleares e minimizar o papel das armas nucleares nas medidas de segurança e política internacional. Devem também identificar e esforçar-se para criar condições necessárias para a eliminação inspecionada de todos os arsenais nucleares.

Em quinto lugar, os países devem se comprometer a desenvolver estratégias diplomáticas baseadas em resolução de conflitos. Aqueles que possuem armas nucleares devem usar sua liderança para resolver conflitos regionais que levem ou justifiquem a procura de segurança por parte de alguns países, através de armas nucleares, biológicas ou químicas.

Líderes políticos devem forjar uma nova e corajosa estratégia de segurança nuclear – uma que proteja e elimine materiais nucleares antes que terroristas possam roubá-los, e que reforce um regime de não-proliferação gravemente atingido, antes que surjam novos países nucleares. Com envolvimento ativo de cidadãos conscientes, com colaboração internacional e com real liderança esta é uma meta exequível.

- *Joseph Cirincione, Carnegie Endowment  
for International Peace*

## Armas Químicas

Os ataques de 11 de setembro aos Estados Unidos e a subsequente “guerra ao terrorismo” chamaram a atenção do público e do governo quanto à importância da aceleração dos programas antiterrorismo e de não-proliferação de armas. Felizmente, todas as grandes potências concordaram em abolir uma das principais classes de armas de destruição em massa: as armas químicas. O uso pelo Iraque de tais armas contra seus cidadãos curdos em Halabja, em março de 1988, e o uso do gás sarin pelo grupo terrorista japonês Aum Shinrikyo, no metrô de Tóquio, em março de 1995, ilustram o terrível potencial dessas armas mortais.<sup>1</sup>

Atualmente, apenas seis países no mundo possuem estoques declarados de armas químicas - Albânia, Índia, Líbia, Rússia, Coreia do Sul e Estados Unidos. Rússia e Estados Unidos possuem acima de 98% destes estoques. Um dos maiores perigos é a possibilidade de desvio e ameaça terrorista. Ao longo da década passada, inspeções bilaterais e multilaterais de arsenais, *in loco*, demonstraram quão vulnerável são alguns, se não todos, à infiltração, roubo e possível desvio para grupos nacionais ou subnacionais.<sup>2</sup>

Duas décadas atrás, os Estados Unidos e a União Soviética concordaram unilateral e reciprocamente em abolir seus grandes e obsoletos arsenais. Este compromisso foi fortalecido em 1993, quando estes dois juntaram-se a 128 outros países na *Convenção de Armas Químicas*, internacionalmente mandatória. A convenção entrou em vigor,

em abril de 1997, obrigando os quatro signatários, possuidores, na época, de estoques declarados – Estados Unidos, Rússia, Índia e Coreia do Sul –, a abolir seus arsenais, até 2007, com opção de dilatação até 2012. Até setembro de 2004, 165 países já tinham ratificado ou assinado o tratado, se comprometendo em parar toda a pesquisa, desenvolvimento, produção, uso e transferência de armas químicas e em destruir todas as suas reservas. Entre os países que ainda não ratificaram ou assinaram a convenção estão Egito, Iraque, Israel, Líbano, Coreia do Norte, Somália e Síria.<sup>3</sup>

A destruição de reservas de armas químicas está acontecendo, embora lentamente. Os Estados Unidos começaram um programa de destruição ativa no início da década de 90 e até agora destruíram mais de 8.000 toneladas – 26% do seu arsenal declarado de aproximadamente 31.500 toneladas. A Rússia ficou atrás, tendo destruído somente cerca de 800 toneladas, ou 2% do seu arsenal declarado de aproximadamente 40.000 toneladas. O ritmo, entretanto, deve acelerar nos próximos cinco anos, com duas novas instalações para administrar a destruição entrando em operação. Tanto Índia quanto Coreia do Sul estão fazendo grande progresso na eliminação de seus pequenos arsenais; também Albânia e Líbia logo darão início a seus programas.<sup>4</sup>

A chave para o sucesso se tornou visível.



Cápsulas de artilharia com agente VX aguardando destruição, Rússia

Primeiramente, e acima de tudo, tornou-se claro que todos proprietários – incluindo governos locais e regionais e comunidades vizinhas – devem ser envolvidos no processo completo de destruição de armas. A Rússia aprendeu esta dura lição, em 1989, após uma comunidade local ter voltado atrás e suspenso seu plano inicial (secreto) de destruição de suas armas químicas, numa instalação centralizada em Chapeyevsk. Embora os Estados Unidos tenham tido um processo mais inclusivo, com escritórios de amplo alcance e Comissões de Aconselhamento aos Cidadãos, ainda surgem oposições de cidadãos, reguladores oficiais e governos estaduais, sobre planejamento e discussões insuficientes. O que se faz necessário é o reconhecimento de que o desenvolvimento social e econômico, a assistência técnica e a desmilitarização devem trabalhar conjuntamente, para que um projeto seja bem sucedido.<sup>5</sup>

É também importante que os riscos e impactos potenciais para a saúde pública e meio ambiente sejam exaustivamente analisados e publicamente discutidos. Todas as tecnologias de destruição produzem resíduos, alguns mais tóxicos do que outros. Avaliações confiáveis e independentes de riscos e da saúde devem ser realizadas para

ajudar funcionários e o público a decidirem sobre suas escolhas. Por exemplo, a liberação proposta de

efluentes de agente de nervo neutralizado no rio Delaware, nos Estados Unidos, levantou muitos questionamentos não abordados, do mesmo modo que o armazenamento de longo prazo de refugo tóxico de betume, na região Kurga, na Rússia.<sup>6</sup>

É também essencial uma maior transparência para promover consenso e progresso. Por razões óbvias, o segredo tem dominado por muito tempo as áreas nuclear, química e de armas biológicas. Com o aumento do terrorismo e a ameaça de roubo de armas e ataque a reservas, representantes oficiais estão outra vez tentando limitar o conhecimento e a discussão pública. Na maioria dos casos, isto é um erro. Interessados locais, regionais, nacionais e internacionais precisam ter certeza de que seus interesses estão sendo protegidos, uma meta que só pode ser alcançada através de transparência e inspeção.<sup>7</sup>

Concomitantemente com um maior compromisso com a sociedade civil, existe uma necessidade de ampliar as opções tecnológicas disponíveis de desmonte de armas químicas. A destruição física destas armas não é nem simples nem barata.

**ARMAS QUÍMICAS**

Abrange uma grande variedade de materiais e processos perigosos, com riscos amplamente diversos para o meio ambiente e para a saúde pública. A tecnologia de destruição preferida do exército dos Estados Unidos tem sido, há muito, a incineração das armas químicas; no entanto, foi o desenvolvimento e a comprovação de alternativas não-incineradoras, tais como a neutralização, que permitiram aos Estados Unidos implantar instalações em cada local de estoques de armas químicas. Uma vez que o desarmamento de armas é do interesse de todos os países, não somente dos proprietários de armas, a comunidade internacional deve compartilhar a responsabilidade e custo do desarmamento, particularmente nos países mais pobres. Em virtude de sua economia em transição, a Rússia deixou isto claro quando assinou e ratificou a Convenção de Armas Químicas. A destruição das armas químicas da Rússia custará pelo menos de US\$ 5 a US\$ 10

bilhões; o custo do programa dos Estados Unidos hoje ultrapassa US\$ 25 bilhões e continua subindo. Os compromissos do programa Redução Cooperativa de Ameaças, dos Estados Unidos, juntamente com a Parceria Global do G-8, de 2002, de cerca de US\$ 20 bilhões para destruir as armas de destruição em massa na Rússia, são elementos vitais para a proteção e destruição oportunas destes estoques perigosos.<sup>8</sup>

Porém, os países doadores devem reconhecer que a provisão de fundos e apoio técnico não lhes dá o direito de ditar prioridades. E uma associação de fato exige que nações beneficiadas, como a Rússia, ajudem a facilitar o processo de desarmamento com acesso local, transparência, vistos, questões de responsabilidade, como é exigido na maioria dos acordos bilaterais. Com cooperação de todos os lados, a era das armas químicas pode ser encerrada.

*- Paul F. Walker, Global Green USA*